

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 26
DE 10-12-2008**

ACTA N.º 26

Data da reunião extraordinária: 10-12-2008

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 21:00 horas

Términos da reunião: 23:30 horas

Resumo diário da Tesouraria: 10/12/20083.172.887,53 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Francisco Maria Moita Flores

Vereadores: Rui Pedro de Sousa Barreiro

Lígia Corujo Reis Batalha

Manuel António dos Santos Afonso

Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Maria Luísa Raimundo Mesquita

António Francisco Baptista Valente

Luís Manuel da Graça Batista

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram vinte e uma horas, dando conhecimento da presença, nesta reunião, do senhor Vereador Luís Batista em substituição da senhora Vereadora Henriqueta Carolo, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. Seguidamente deu início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”: -----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE BENS FUTUROS A CELEBRAR ENTRE ESTAMO - PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A. E O MUNICÍPIO**-----

--- Foi presente o contrato promessa de compra e venda de bens futuros a celebrar com a Estamo - Participações Imobiliárias, S.A., empresa promitente compradora nos termos de contrato celebrado com o Estado Português. -----

--- O senhor **Presidente** procedeu à apresentação do documento começando por referir que se trata de um contrato promessa de compra e venda de património militar em Santarém, nomeadamente o antigo quartel de São Francisco ou Escola Prática de Cavalaria, o denominado quartel das Donas, o Campo de Instrução da Atalaia, Almoester, e a antiga carreira de tiro das Cortezes, na freguesia de São Nicolau, em Santarém. -----

--- Referiu também que o preço de venda acordado é de vinte e seis milhões de euros, o qual será pago em setenta e duas prestações mensais, vencendo-se a primeira na data da assinatura deste contrato.-----

--- Destacou que, no contrato, estão previstas condições suspensivas, designadamente a suspensão do Plano Director Municipal na área da antiga Escola Prática de Cavalaria, o cancelamento das servidões militares existentes sobre os imóveis em causa e a emissão pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) de certidão declarando que não pretende exercer o direito de preferência sobre os imóveis.-

--- Acrescentou que, de acordo com o referido contrato, na eventualidade de não se encontrarem verificadas todas as condições suspensivas ou de se verificar a

impossibilidade permanente de verificação de alguma delas, assistirá a qualquer das partes o direito de declarar unilateralmente a imediata resolução do contrato.-----

--- Referiu que esta proposta de contrato resultou de mais de seis meses de negociações acrescentando que está previsto um concurso para selecção de um parceiro privado para participar numa parceria público/privada, para gerir este património e realizar as obras necessárias.-----

--- Acentuou que, desde que começaram as negociações da Ota/Alcochete, uma das maiores preocupações que teve foi de agarrar o equipamento da Escola Prática de Cavalaria face à sua importância simbólica, no sentido de implementar naquele espaço um centro moderno, de futuro, de reflexão, de visita, de atracção para todos aqueles que se interessam pelos valores da cidadania associados aos valores da paz, da tolerância, bem como, todos os que se interessam pelos direitos da terra, direitos do planeta e aquilo que são as relações entre os direitos humanos e os direitos da terra.-----

--- Acrescentou que, para além da Fundação da Liberdade pretende-se que a antiga Escola Prática de Cavalaria venha a acolher e incorporar ainda o Museu Salgueiro Maia e parte dos serviços da Câmara que estão espalhados pela cidade, libertando o Palácio de Eugénio Silva, onde apenas se manterá o Executivo Municipal e alguns serviços mínimos que lhes estejam afectos.-----

--- Disse ter sido uma negociação muito difícil e que precisou de alguns ajustes porque o Ministério da Defesa não queria libertar o espaço em causa, mas ao mesmo tempo precisava de verbas. Por outro lado, a Câmara não estava disponível para que o espaço se transformasse num edifício particular sem ter qualquer natureza pública.-----

--- Prosseguiu referindo ter sido necessário encontrar um preço sustentado, quer para quem compra quer para quem vende. Assim, conseguiu-se um valor próximo dos valores dos terrenos, mas um valor que permite à Câmara Municipal de Santarém, através de uma parceria público/privada, criar os instrumentos de financiamento e de investimento que possibilitem, por um lado, consolidar a Fundação da Liberdade e, por outro lado, consolidar a passagem dos equipamentos para a Escola Prática, libertando os imóveis da Câmara.-----

--- Assim, tendo em conta aquilo que podia ser eventualmente o valor da Escola Prática, as mais-valias daí decorrentes e a necessidade de ajustar os preços de forma a criar uma boa parceria público/privada, a opção que se tomou foi de ficar com todos os imóveis militares do Ministério da Defesa pelo montante de vinte e seis milhões de euros. -----

--- Esclareceu que se pretende pagar esta verba mediante um concurso público que se irá abrir a seguir para escolher um parceiro privado que, com a Câmara Municipal, não só vai investir na requalificação do espaço como vai financiar a Fundação e ao mesmo tempo criar condições para que seja feita a alteração ao Plano Director Municipal em circunstâncias proporcionais e correctas de acordo com o entendimento da Câmara. -----

--- Disse ter apresentado hoje este contrato por solicitação do Governo e porque desta forma garantia que a Escola Prática de Cavalaria ficava na posse da Autarquia. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** disse não ter dúvidas quanto ao peso que espera que seja para Santarém, para a Região e para o País aquilo que é a simbologia que envolve todo o espaço que é a Escola Prática de Cavalaria. Afirmou que aquele espaço ocupado por um conjunto de organizações nacionais e internacionais vocacionadas para a Paz, para a liberdade e para os direitos humanos é motivo de congratulação em termos daquilo que é a sua simbologia. -----

--- Considerou interessante a coincidência de se estar a discutir este assunto no dia em que se comemoram sessenta anos da declaração Universal dos direitos humanos. Considerou também interessante que aquele espaço possa ser dividido e partilhado por organizações internacionais e pela instalação dos serviços que resultam do próprio Vinte e Cinco de Abril, do próprio Poder Local democrático, libertando o Palácio de Eugénio Silva de serviços de natureza administrativa e disponibilizando-o para ser um espaço de recepção pública dos convidados ao Concelho de Santarém. Disse que estes pressupostos lhe parecem interessantes, recordando este processo através da Assembleia da República, já que em determinado momento o espaço da Escola Prática de Cavalaria chegou a fazer parte de uma listagem para alienação de património. -----

--- Disse parecer-lhe também sensato que o senhor Presidente atempadamente tenha interrompido essa vontade do Governo alienar património que não podia de modo

nenhum ser alienado sem que os habitantes do Concelho de Santarém pudessem dar a sua opinião sobre ocupação futura daquele espaço. -----

--- Considerou os objectivos do senhor Presidente suficientemente válidos, suficientemente fortes para terem o acolhimento não só do Executivo, mas da Região e do País. Disse querer acreditar na fé do senhor Presidente em como o Governo em nenhum momento deste processo virá a recuar. -----

--- Aludiu às condições suspensivas que disse serem muito importantes, determinantes para que se possa ter confiança em que este património seja pertença do Concelho, da Região e do País desde que o outro interlocutor esteja a trabalhar com a mesma seriedade que a autarquia no sentido de cumprir as condições e não dizer daqui a uns tempos que não há condições para avançar com o negócio. -----

--- Concluiu, manifestando disponibilidade para, com estes pressupostos, votar favoravelmente a hipótese, neste momento é a hipótese, de o País ter este património com este simbolismo para o Concelho de Santarém. -----

--- O senhor **Presidente** referiu que os interlocutores do Ministério da Defesa são muito complicados mas os do Ministério das Finanças são de uma transparência e eficácia muito grande. A luta para que a Escola Prática pudesse ser um símbolo daquilo que são os valores essenciais da cidadania foi muito dura mas já é passado e o resultado foi gratificante. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** disse compreender as dificuldades das negociações com o Ministério da Defesa porque no início do mandato do anterior Executivo Municipal havia um contrato firmado com um Banco a propósito de um financiamento do CNEMA que previa a aprovação de um plano de pormenor onde se enquadrava um dos terrenos que agora está a ser objecto deste contrato promessa e as negociações foram frustrantes porque passaram vários ministros e o processo esbarrava sempre na Direcção Geral de Património do Ministério da Defesa. Assim, não lhe custa acreditar que tenha sido difícil a negociação, no entanto o PS – Partido Socialista entende, infelizmente, não haver condições para discutir esta matéria porque há um conjunto significativo de contradições entre aquilo que foi anunciado que seriam as

compensações da Ota e que foram publicadas nos jornais locais, informações até sobre a própria Escola Prática de Cavalaria, e aquilo que está expresso na proposta de contrato promessa. Considerou que essas contradições devem ser sanadas para que se tenha a noção do que se está a votar. -----

--- Referiu que era importante que esta proposta viesse com um parecer jurídico que dissesse que o contrato cumpre as regras da lei das finanças locais, que está tudo em ordem, que há cabimentação e que, portanto, à partida, se este assunto fosse discutido e votado não se estava a cometer nenhuma gafe que penalizasse o município. -----

--- Por outro lado, apesar do senhor Presidente ter explicado em linhas gerais aquilo que se pretende para aquele espaço, em sua opinião era importante que o Executivo conhecesse claramente os objectivos que se pretendem atingir com esta aquisição. -----

--- Referiu que no entender do PS – Partido Socialista é extemporânea a suspensão do Plano Director Municipal, na medida em que é à Câmara que compete gerir o território e em qualquer altura poderá tomar uma decisão sobre essa matéria. -----

--- Por outro lado, disse não ter conhecimento de qualquer avaliação dos espaços pelo que não se sabe porque é que são vinte e seis milhões. -----

--- Sublinhou ainda, o facto de não haver detalhes sobre a eventual parceria pública ou privada. -----

--- Disse haver outros aspectos que não estão clarificados, designadamente, quando é que o imóvel passará efectivamente para a posse do município. Também no ponto três consta que “ao montante devido mensalmente nos termos do número um da presente cláusula acrescerão juros à taxa euribor a seis meses acrescida de um spread de zero vírgula cinquenta por cento (...)”. Assim, sabe-se o tempo de duração deste pagamento, pode-se calcular o valor do encargo total mas se se comparasse com a questão orçamental e com o previsto na parceria público/privada poder-se-iam esclarecer algumas dúvidas. -----

--- Outra dúvida que gostaria de ver esclarecida diz respeito ao cancelamento de todas as servidões militares. Disse pensar que um dos pressupostos das servidões militares é existirem enquanto não houver transacção das mesmas áreas, isto é, após a transacção

das áreas que estão sobre servidão militar caem essas servidões e o Estado não pode invocar a existência de servidões. Assim, disse não perceber porque é que está expressa esta matéria no contrato mas admite que possa ser explicado.-----

--- Aludiu ao que leu nos jornais locais relativamente à Ota, que o levou a pensar que tinha havido uma negociação excelente e a Câmara ia ficar com a Escola.-----

--- A este propósito salientou algumas questões publicadas no jornal “O Ribatejo” de vinte e seis de Setembro:-----

--- “A Câmara Municipal pretende instalar na antiga Escola Prática de Cavalaria a Fundação da Liberdade. Quais são os parceiros da Câmara nesta Fundação e qual é o projecto para o espaço da Escola Prática de Cavalaria?” O senhor Presidente responde que “a Câmara Municipal de Santarém não deverá gastar dinheiro neste projecto. Vamos criar a Fundação da Liberdade que terá um espaço para o seu funcionamento nos vinte hectares da área da Escola Prática e a restante área deverá reverter para a Fundação para sustentar o seu funcionamento. A Câmara não irá gastar um tostão no projecto.”-----

--- “Que tipo de ocupação poderá ser feita na área da Escola Prática de Cavalaria?” e o senhor Presidente responde “Aquela que o Plano Director Municipal permitir. (...)”. ----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro**, a concluir esta intervenção, afirmou que os eleitos do PS – Partido Socialista consideram não haver condições para discutir este assunto neste momento porque embora sejam favoráveis à compra do antigo quartel da Escola Prática de Cavalaria, a proposta não está sustentada com informação suficiente sobre os moldes de funcionamento da parceria público/privada e sobre as intenções da Câmara para o uso a dar aos edifícios e terrenos. -----

--- O senhor **Presidente** sublinhou que este negócio só é possível graças às negociações das contrapartidas do plano de acção do aeroporto Ota/Alcochete. Justificou a urgência na aprovação desta proposta de contrato promessa de compra e venda com a necessidade de mostrar ao Governo a disponibilidade para concretizar o negócio que interferirá com as contas do Ministério da Defesa.-----

--- No que respeita aos termos da parceria pública ou privada disse não ser agora a altura de os discutir. Acentuou que a ideia essencial é criar uma parceria através de um

concurso público que será presente em reunião para o Executivo analisar. -----

--- Por outro lado, entende que as servidões militares devem constar no contrato porque a experiência de outros municípios que se libertaram dos seus equipamentos militares, como Setúbal, Viana do Castelo, Oeiras ou Cascais e em que os canhões ficaram como serventias militares, provocou problemas complicados do ponto de vista da gestão do espaço. -----

--- Quanto ao Plano Director Municipal, referiu que a alteração de fins militares para outros fins depende efectivamente da Câmara mas também depende da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e do Governo. -----

--- No que se refere à forma de pagamento disse ser uma conversa de segunda linha porque a Câmara poderá pagar a prestações ou a pronto sublinhando que para pagar a pronto tem que se concluir a parceria público/privada no momento da assinatura deste documento e aí o parceiro pagará a sua parte. -----

--- Realçou que este documento só produz efeitos no momento em que é assinado e que só estará disponível para o assinar no dia em que estiverem criadas as condições para que a Câmara de Santarém, tal como refere na entrevista, não gaste um tostão até porque não tem condições para tal. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** interveio novamente aludindo ainda à entrevista publicada no jornal “O Ribatejo”, onde o senhor Presidente refere que “A Fundação da Liberdade está a ser trabalhada desde há dois anos, após a saída da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, com o objectivo de ocupar aquele espaço. Os trabalhos estão a cargo dos Centros de Estudos Sociais de duas universidades, e sem custos para a Câmara. Neste momento o programa está muito avançado.” Comentou, a este propósito que o Executivo não tem conhecimento de nada relacionado com estes estudos. -----

--- O senhor **Presidente** disse que o programa que está a ser elaborado é um programa temático que no final será proposto na parceria público/privada. Explicou que a ideia da Fundação da Liberdade é semelhante à Fundação Ciência Viva em Lisboa só que em vez de falar de ciência e da técnica científica fala de direitos de cidadania, e este propósito exige um programa prévio do ponto de vista da construção informática, construção de

objectos e equipamentos que serão discutidos quando se discutir a parceria público/privada. -----

--- Considerou que não se pode ficar a reflectir naquilo que são os interesses e as contradições políticas de cada projecto face a um objectivo desta natureza, que é a Fundação da Liberdade. Disse não poder aceitar esse tipo de argumentação porque em seu entender essa é a política do arrastamento, do ir adiando até se perderem as oportunidades. Disse não sentir a sua consciência condicionada pelo facto de propor uma parceria séria, equilibrada e cheia de boas intenções quer da Estamo, quer da Câmara Municipal, satisfazendo um princípio de reciprocidade que é o princípio que resulta das relações locais, regionais e nacionais. -----

--- Disse pensar que todo o Executivo quer transformar a Escola Prática num símbolo nacional, num símbolo não só da terra, mas nacional e até internacional. Em sua opinião os passos têm que ser dados com algum arrojo porque caso contrário adiam-se sistematicamente as decisões que são cruciais sobre alguns equipamentos estratégicos para a cidade. -----

--- Após mais alguma troca de impressões e breves esclarecimentos prestados pela Dr.^a Vânia Neto, o senhor Presidente submeteu o assunto a votação tendo a Câmara deliberado, por maioria, com votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata, votos contra dos senhores Vereadores do PS – Partido Socialista, abstenção da senhora Vereadora Luísa Mesquita e voto de qualidade do senhor Presidente, aprovar os termos do contrato promessa de compra e venda que aqui se dá por reproduzido, ficando anexo à presente acta (documento I), dela fazendo parte integrante. -----

--- Mais foi deliberado remetê-lo à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação. -----

--- Os senhores **Vereadores Rui Barreiro e Luísa Mesquita** referiram que as suas intervenções constituíam declaração de voto. -----

--- **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E NOVE**-----

--- Para efeitos de apreciação e votação foi presente o documento em epígrafe, tendo o senhor **Presidente** começado por sublinhar que o mesmo não está empolado nem na despesa nem na receita e está feito com a mesma tranquilidade com que pratica todos os actos da sua vida: com a maior sinceridade, rigor e transparência. -----

--- Disse dever este orçamento ao trabalho da Divisão Financeira realçando a dedicação de todos os que lá trabalham. Agradeceu à Chefe da Divisão e aos funcionários o esforço que desenvolveram, bem como ao senhor Vereador Ricardo Gonçalves e à Dr.ª Vânia o empenho que tiveram na preparação deste orçamento. -----

--- Referiu tratar-se de um orçamento que incorpora as questões associadas às contrapartidas negociadas com o Governo pela não construção do novo aeroporto na Ota e que brevemente terá que ser alvo de uma alteração orçamental, em virtude de Santarém integrar os municípios que assinaram as delegações de competências em matéria de educação. -----

--- Destacou a circunstância de se reduzir a despesa em três vírgula setenta e seis por cento, quase dois milhões de euros, o peso da publicidade em dezassete vírgula cinquenta e três por cento e as horas extraordinárias em três por cento, enquanto a despesa com o pessoal se mantém praticamente a mesma. Também a aquisição de bens e serviços baixou treze vírgula quarenta e dois por cento e o encargo da dívida desceu dez vírgula quarenta e seis por cento. -----

--- Sublinhou o facto de Santarém ter abandonado o grupo das autarquias com excesso de endividamento. -----

--- Acentuou os aumentos significativos da despesa de capital que são indissociáveis dos primeiros impactos do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional e do protocolo a celebrar com o Governo resultante das contrapartidas do plano de acção Ota-Alcochete. -----

--- A concluir frisou que é na educação que a Autarquia vai investir de uma forma muito séria, sendo a educação a bandeira deste orçamento. -----

--- Interveio a seguir o senhor **Vereador Luís Batista** que começou por referir que as reuniões realizadas com as Juntas de Freguesia lhe tinham criado expectativas que afinal

não vê concretizadas neste orçamento.-----

--- Aludiu aos comentários do senhor Presidente no início do documento onde salienta o facto da proposta de plano e orçamento ter sido discutida em convergência com as Juntas de Freguesia e destaca a redução da despesa corrente, a redução do peso da publicidade, a redução das horas extraordinárias. Sublinha ainda que a despesa com pessoal se mantém, a aquisição de bens e serviços baixa, o encargo da dívida desce e há um elevado volume de investimento. O senhor Vereador Luís Batista considerou que todas estas afirmações do senhor Presidente seriam boas notícias se não fosse o que vem a seguir no orçamento.-----

--- Disse tratar-se de um orçamento com cem milhões de receita. Referiu que as receitas próprias se irão manter e, atendendo à crise, os impostos directos certamente não terão aumento, não existirão tantas transacções conforme era desejável para o Concelho de Santarém.-----

--- Na receita corrente consta uma verba de rendimentos de propriedade de treze milhões respeitantes à parceria para a Casa dos Sabores. Segundo pensa este projecto é para concretizar no edifício do Instituto da Vinha e do Vinho que deverá ser cedido à Câmara Municipal de Santarém. Disse não acreditar que se faça a cedência, as associações façam o investimento e, depois, paguem, durante o ano de dois mil e nove, treze milhões de euros, ou seja, segundo o que consta no documento a Câmara só investirá na Casa dos Sabores cinquenta mil euros em dois mil e nove e vai retirar daí treze milhões de euros. -

--- Nas receitas de capital há um aumento de cerca de vinte milhões de euros em relação ao ano de dois mil e oito. Nas transferências de capital constam treze milhões de fundos comunitários que em sua opinião se vão conseguir.-----

--- Aludiu ainda à alienação de quarenta e nove por cento da empresa Águas de Santarém - quinze milhões – que já constavam no orçamento de dois mil e oito e que pensa que este ano se vão concretizar. -----

--- Salientou também os trinta milhões da parceria público/privada já discutida nesta reunião no ponto anterior. Considerou difícil realizar-se o concurso público de forma a conseguir-se o parceiro privado que, durante o ano de dois mil e nove, torne possível

arrecadar os trinta milhões de euros. Assim, considerou que está empolada a receita que prevê os treze milhões de euros da Casa dos Sabores e os trinta milhões das contrapartidas da Ota/Alcochete. Referiu que a execução do orçamento de dois mil e sete foi de cerca de trinta e seis milhões de euros e a execução de dois mil e oito, com a antecipação de receitas de oito milhões, de quarenta e cinco a quarenta e oito milhões de euros, parecendo-lhe que uma execução de cem milhões de euros em dois mil e nove é bastante exagerada. -----

--- Prosseguiu, referindo que a despesa corrente baixa três vírgula setenta e seis por cento, todavia parece-lhe que, em termos de pessoal, existe claramente uma desorçamentação. Em termos das horas extraordinárias também se reduzem três por cento, no entanto não se pode esquecer que só de dois mil e seis para dois mil e sete aumentaram dez vírgula sete por cento, portanto se agora baixarem, ainda se está longe dos objectivos que o senhor Presidente se propôs. -----

--- Quanto à aquisição de bens e serviços correntes existe uma diminuição de três por cento o que é significativo, mas esta diminuição justifica-se em grande parte pela transferência de competências para a empresa Águas de Santarém e pela celebração de acordos de pagamento com fornecedores conta corrente que permite transferir dívida a médio/longo prazo. Em seu entender a Câmara não está a diminuir a aquisição de bens e serviços, está a pagá-la em anos futuros. Considerou que há despesas correntes que se podiam baixar. -----

--- Em termos de despesa de capital disse verificar-se um grande aumento devido aos trinta milhões da parceria público/privada, o que faz com que aumente a aquisição de bens e serviços, portanto investimento. No entanto, o orçamento prevê já, para pagamento da Escola Prática e do Presídio um encargo anual na ordem dos quatro vírgula sete milhões destinados ao pagamento das primeiras prestações e nada no orçamento indica que, se os trinta milhões entrarem durante o ano de dois mil e nove, se paga logo a Escola Prática de Cavalaria. -----

--- Quanto às juntas de freguesia disse não existir convergência devido ao Programa AGRIS. Referiu que o Programa AGRIS beneficiou o Concelho, contribuiu com obras

que a Câmara não tinha possibilidade de fazer, foi investimento que veio para o Concelho, todavia tal não devia condicionar em termos de orçamento aquilo que a Câmara tinha delineado para cada junta de freguesia. Em seu entender era importante as juntas de freguesia terem sido contempladas. -----

--- Concluiu a sua intervenção, afirmando que este orçamento não é o que esperava e as suas expectativas saíram goradas.-----

--- Interveio a seguir a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** que começou por lembrar que a Câmara tem que ter a curto prazo conhecimento daquilo que são as estratégias de intervenção e de investimentos para decidir em sede camarária relativamente aos instrumentos de gestão da empresa das Águas de Santarém. A este propósito sublinhou que a Câmara Municipal de Santarém tem a superintendência na gestão da empresa. -----

--- Relativamente ao orçamento para dois mil e nove comentou que não se distancia de muitos outros em que participou em anos anteriores, nomeadamente no que tem que ver com aquilo que é moda, quer em termos da administração central, quer da administração local, que é o conjunto de despesas extraordinárias para sustentar e equilibrar um orçamento difícil. Disse haver, no entanto, uma diferença: em vez de uma inflação resultante da verba extraordinária de alienação patrimonial este orçamento prevê com toda a clareza de onde é que vêm os treze milhões, que são a concessão feita pelo Ministério da Agricultura à Câmara Municipal de Santarém, durante algumas décadas, para implementar e fazer funcionar a Casa dos Sabores e permitir a constituição e a criação da parceria público privada. Considerou que este equilíbrio instável que hoje consta no orçamento torna-o mais equilibrado por essa mesma concretização ou, naturalmente, o orçamento para dois mil e nove poderá ser de facto complicado.-----

--- Assim, face a estas incertezas quanto às verbas inscritas nas receitas de capital, considerou que o senhor Presidente “coloca a cabeça no cepo” se as promessas do Governo para com a Autarquia não se concretizarem.-----

--- Frisou que este é o último orçamento deste mandato pelo que em seu entender há expectativas que foram criadas pelo senhor Presidente que ficaram adiadas para o próximo mandato, sobretudo no que se refere ao saneamento financeiro da autarquia.----

--- Considerou que o Executivo que ganha tem todo o direito de definir prioridades e admitiu que tenham sido seleccionadas com rigor e com seriedade. todavia não seriam essas as suas prioridades. -----

--- Independentemente da diversidade das estratégias, na sua opinião os dinheiros públicos disponíveis devem ser sempre aplicados naquilo que são as expectativas mais legítimas das populações, na sua qualidade de vida. -----

--- Uma aposta que considera crucial é na educação e nesse sentido felicitou o senhor Presidente pelo investimento que tem feito nesta área, salientando a este propósito as climatizações das escolas do Concelho e a recuperação dos espaços interiores e exteriores. -----

--- Comentou ainda que os quarenta e cinco milhões de euros de receitas de capital resultam da alienação dos quarenta e nove por cento do capital da empresa das águas, que já foi considerado também no orçamento para dois mil e oito, e da criação de uma parceria público/privada para valorização dos bens adquiridos no âmbito do plano de acção da Ota/Alcochete todavia, no orçamento, estas verbas constam como uma estimativa pelo que solicitou explicações. -----

--- Aludiu também aos acordos de regularização de dívidas das juntas de freguesia e de fornecedores perguntando porque é que estas são as prioridades e não são outras e porque é que estes são os critérios de selecção e não outros. -----

--- Disse ainda não perceber porque é que verbas perfeitamente insignificantes de dois euros ou três euros continuam pendentes para pagar a pequenos fornecedores. -----

--- Perguntou ainda se tudo o que se refere a dívidas anteriores a dois mil e um está resolvido. -----

--- Aludiu a verbas relativas ao Campo Infante da Câmara que tem que ver com projectos, com arquivo municipal e com a biblioteca, perguntando se esta abertura para o orçamento de dois mil e nove significa alguma projecção a longo prazo quer na intervenção da biblioteca, quer no arquivo municipal. -----

--- Referiu-se a verbas que estão indexadas ao saneamento quer em termos da cidade de Santarém, quer de freguesias do concelho perguntando se resultam exclusivamente de

obras concluídas e que ainda são da responsabilidade da Câmara Municipal de Santarém.

--- Solicitou também esclarecimentos sobre a verba destinada ao Largo Cândido dos Reis perguntando se é para pagar a dívida da parte final do mandato anterior. -----

--- Levantou dúvidas relativamente ao contrato programa celebrado com a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, sugerindo que seja presente em reunião um relatório para perceber quais são as mais-valias que resultam deste contrato.-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** lembrou que no mandato anterior foram feitos investimentos significativos na área da educação, nomeadamente na Moçarria, na Escola de São Domingos, na Romeira, na Póvoa de Santarém e nas Fontainhas, para além dos pavilhões desportivos da Escola Mem Ramires e da Escola D. João II. Foram feitos investimentos significativos e na sua opinião extremamente importantes na área da educação.-----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** disse não ter dúvidas de que algumas das intervenções importantes na área da educação foram feitas no mandato anterior ao contrário de outros mandatos do PS – Partido Socialista. -----

--- O senhor **Presidente** declarou que no dia em que terminar o mandato prestará contas de tudo o que fez de bom e apresentará desculpas pelo que não conseguiu fazer. Afirmou que “cabeça no cepo” nunca terá, o que terá é a consciência de responder pelos seus actos. -----

--- Após explicações prestadas pela Chefe da Divisão Financeira, Ilda Santos, o senhor **Presidente** submeteu o assunto a votação, tendo o Executivo Municipal deliberado, por maioria, com votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata, votos contra dos senhores Vereadores do PS – Partido Socialista, abstenção da senhora Vereadora Luísa Mesquita e voto de qualidade do senhor Presidente, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa do Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e nove, que ficam anexos à presente acta dela fazendo parte integrante (documentos II e III). -----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** referiu que a intervenção do senhor Vereador Luís Batista constituía a declaração de voto do PS – Partido Socialista. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** apresentou a seguinte declaração de voto: ---

--- “Estamos perante o último orçamento deste executivo para o actual mandato. -----

--- Terminaremos estes quatro anos com algumas intenções e promessas que ficaram adiadas. -----

--- Não ignorando os diferentes constrangimentos, considero que teria sido possível fazer mais no que à gestão e administração diz respeito, obtendo um efectivo saneamento financeiro. -----

--- Teria sido desejável uma estratégia de planificação mais rigorosa e mais conseguida no que se refere às prioridades, sobretudo àquelas que traduzissem as legítimas expectativas da população do Concelho. -----

--- O Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e nove, mais uma vez, é sustentado por uma receita extraordinária no montante de treze milhões de euros, relativos à Casa dos Sabores que, num futuro próximo, virá a funcionar no Instituto da Vinha e do Vinho. -----

--- Naturalmente que, sendo infra-estruturas do Estado é positivo que o mesmo Estado, através do Ministério da Agricultura concessione o edifício durante algumas décadas à Câmara Municipal de Santarém para fins de utilização colectiva. -----

--- Mas não deixa, no entanto, de ser uma concessão e ainda só uma intenção e por isso, se não se concretizar, o Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e nove não contará com uma receita de treze milhões de euros. -----

--- O equilíbrio orçamental decorre exactamente desta receita extraordinária, dado que as receitas correntes diminuem dezassete vírgula noventa e dois por cento, enquanto as despesas correntes só baixam três vírgula setenta e seis por cento. -----

--- Portanto, este equilíbrio orçamental instável num momento de crise financeira e de uma óbvia recessão económica é preocupante e não quero deixar de o referir com clareza. -----

--- As receitas correntes são totalmente absorvidas pelas despesas correntes e a não

concretização do negócio da Casa dos Sabores ou a redução dos impostos, que é já uma realidade no actual contexto, levarão a que as receitas de capital sejam canalizadas para as despesas correntes.-----

--- Este diferencial entre as receitas correntes e as despesas correntes tem vindo a agravar-se nos últimos anos, não tendo sido possível, por isso, libertar poupanças para o investimento.-----

--- Esta situação é visível quando se verifica um aumento de despesas de capital de vinte e sete por cento, que não acompanha o aumento de receitas de capital que é de cinquenta e um vírgula vinte e um por cento.-----

--- Como o próprio Orçamento reconhece este aumento decorre das verbas já disponibilizados pela Comunidade Europeia, através do QREN, particularmente as verbas indexadas aos Centros Escolares que são urgentes em todo o Concelho, para apostar numa Educação com mais qualidade e também para pôr fim à medida política do Governo que para gastar menos, recuperou a solução do antes Vinte e Cinco de Abril - diminuir os recursos humanos, juntando na mesma sala diferentes níveis de escolaridade e pondo em causa a eficiência e os resultados pedagógicos do processo ensino/aprendizagem.-----

--- Refiro ainda que a aquisição de bens e serviços desceu treze vírgula quarenta e dois por cento como resultado da transferência para a Empresa de Águas de Santarém e não como consequência de uma poupança efectiva. -----

--- Finalmente, chamava a atenção que, no cômputo das receitas de capital, quarenta e cinco milhões trezentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e sete euros, resultam da alienação de quarenta e nove por cento do capital da Empresa de Águas de Santarém que já foi considerado também no Orçamento de dois mil e oito e ainda da “criação de uma parceria pública - privada para valorização dos bens adquiridos no âmbito do plano de acção “OTA - Alcochete”.-----

--- Esta verba, de acordo com o orçamento para dois mil e oito, é encarada como estimativa.-----

--- De facto tudo isto é claro no texto orçamental, mas essa transparência não diminui a

preocupação com que avalio a execução e prossecução dos objectivos de despesa e receita para dois mil e nove.”-----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia quinze de Dezembro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”, não se tendo verificado qualquer pedido de uso da palavra. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram vinte e três horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.-----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.-----

--- **O PRESIDENTE**-----

--- Francisco Flores _____

--- **OS VEREADORES**-----

--- Rui Barreiro _____

--- Lígia Batalha _____

--- Manuel Afonso _____

--- Ricardo Gonçalves _____

--- Joaquim Neto _____

--- Maria Luísa Mesquita _____

--- António Valente _____

--- Luís Batista _____